THALITA APARECIDA SANÇÃO TOZI

ESCUTANDO PALAVRAS DE PRESOS ESTRANGEIROS

**Análise sobre o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo
indivíduo estrangeiro no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Alvino Augusto de Sá

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

THALITA APARECIDA SANÇÃO TOZI

ESQUITANDO PALAVRAS DE PRESOS ESTRANGEIROS

**Análise sobre o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo
indivíduo estrangeiro no Brasil**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestra em Direito, na área de concentração de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Professor Associado Alvino Augusto de Sá.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

TOZI, Thalita Aparecida Sanção

Escutando palavras de presos estrangeiros - Análise sobre o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo indivíduo estrangeiro no Brasil/ Thalita Aparecida Sanção Tozi. – 2017.

153f.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito do Largo São Francisco - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Orientação: Profº. Associado Alvino Augusto de Sá.

1. Execução Penal 2. Presos Estrangeiros 2. Penitenciária de Itaí. 3. Pesquisa Empírica em Direito. I. Título.

EXAME DE DEFESA DA TESE

DATA ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. ASSOCIADO ALVINO AUGUSTO DE SÁ

1º Examinador(a): _____

2º Examinador(a): _____

3º Examinador(a): _____

*PARA O BEIJA FLOR,
SER DIVINO COM GRANDE CORAÇÃO,
CHAMOU, RESGATOU E ENSINOU A
MAGNITUDE DE FAZER MINHA PARTE
NESSE MUNDO.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e professor Alvino Augusto de Sá que me inspirou e encaminhou para a atuação no cárcere desde as primeiras aulas da graduação em 2009. Fonte de preocupação com outros seres humanos, aproximou-me de um propósito maior para esta existência.

Em especial aos entrevistados em situação de privação de liberdade da unidade penitenciária de Itaí por terem compartilhado seu tempo e seus *eus*. Às visitas que concederam parte do seu tempo para partilhar suas histórias. A toda a equipe de Itaí, aos agentes penitenciários dos dois turnos diurnos (1 e 3), aos funcionários, ao diretor geral Fernando Renesto, e de disciplina Benedito, que me acolheram por longos dias em suas rotinas, permitindo a realização deste trabalho.

Aos entrevistados Roberta Lima, Luis Pardi, Paulo Almeida, João Guilherme Granja, pela abertura e comprometimento na atuação de suas funções públicas.

Aos funcionários da Secretaria da Pós, em nome de Fátima e Valdir, do Departamento de Direito Penal, em nome de Dalva, e de toda a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em nome de Silvão Fofó, que acolheram e resolveram meus problemas durante os últimos nove anos.

Aos professores Sérgio Salomão Shecaira, Marta Saad e Mariângela Magalhães que compartilharam o seu lecionar, proporcionando-me vivências únicas nas salas de aula da Velha e Sempre Nova Academia.

Aos professores Ana Gabriela Mendes Braga, Maíra Machado, Riccardo Cappi, Paulo Eduardo Alves da Silva, José Roberto Xavier, Dan Kaminsk, Álvaro Pires, Fernando Acosta, Cândido D'Agra, que acolheram meus desafios pessoais em trilhar a Academia e me orientaram de maneira generosa, com todo o seu brilhantismo.

Aos colegas de luta Mário Henrique Ditticio (o melhor chefe), Márcia Heleno, Marta Lima, Gisele Geraldi, André Campos, João Freitas de Castro Chaves, Marlene Inês da Rosa, Maria Gabriela Peixoto, Marcelo Semer, Renato de Vitto, Ney Belo.

As mulheres companheiras de academia, que me ensinaram com sua força e sensibilidade, Maria Claudia (um agradecimento especial pela parceria, apoio e amizade), Fernanda Emy, Mariana Lins, Larissa Chryssafidis, Janaína Gomes, Nathalie Fragoso, Paula Gonçalves Alves, Bruna Angotti e Maíra Zapatter.

Aos alunos da Turma 188, sala 14, pelo semestre que compartilhamos recheado de trocas, inspiração e trovas acadêmicas.

À *trupe* e a todos os participantes de Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade - GDUCC (que o faço na figura da turma do primeiro semestre de 2015 - CDP Pinheiros II), por co-construírem diálogos autênticos e muito amadurecimento, cuja a experiência está no que eu sou.

Ao Departamento Jurídico XI de Agosto (na figura do Vitão) pela oportunidade de experienciar humanidade; aos colegas do Projeto Migração que com muita dedicação fazem a diferença no universo dos estrangeiros; e aos colegas do IMAB (na figura de Adolfo Braga) pelas (des)(res)construções transformadoras.

Ao time de basquete feminino (BFSF) pelos onze ensinamentos de esporte e competição, das vitórias e derrotas, e pelo companheirismo de cada uma dentro e fora de quadras.

Ao grupo de dança Flavia Sheye, pelos anos de 2014 e 2015, que possibilitaram libertação na composição do que sou hoje.

À Isabelle e Olivier por me permitirem sonhar e me proporcionarem momentos de magia.

À Soloína, Ragui, Nita, os marujos, os padrinhos e os mestres, companheiros de jornada, pelo amor, pelo respiro de luz e por trilharmos a evolução de mãos dadas.

Aos amigos amados que estiveram presentes e fazem a caminhada ser possível: ao Carlos Eduardo Salvatori (pelo auxílio e amizade BFF), à Adriana Negrão (pelo porto seguro e parceria ilimitada), à Amanda Naves (pelas ressignificações da vida), à Mariana Lessa, à Mayara Monreal, à Ligia Murakawa (minhas “Marias”, pelo acolhimento e amor), à Mariana Negrão, ao Paulo Cavalcanti, à Caroline Castro, à Suellen Mascaro, à Amanda Dias, à Luisa Coelho, à Anne Kanno à Julia Chao, ao CarnaVip, ao Jefferson Suedeske, ao André Freire, ao Rodrigo Dornelles, ao Edson Monreal e ao Rodolfo Bonifácio.

A minha mãe Márcia (yang do meu yng) e meu pai Norival que me deram a vida, amor e apoio para que pudesse chegar aqui. A toda minha família, fazendo o agradecimento na figura de Geovanna Tozi, fonte de amor e luz.

Às Arcadas pelos últimos nove anos de vivências e intensa entrega.

MÃOS DADAS

Não serei o poeta de um mundo caduco

Também não cantarei o mundo futuro

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças

Entre eles, considero a enorme realidade

O presente é tão grande, não nos afastemos

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história

Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela

Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida

Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes

A vida presente

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

SANÇÃO TOZI, Thalita A. Escutando palavras de presos estrangeiros - Análise sobre o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo indivíduo estrangeiro no Brasil. Mestrado - Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

Os indivíduos estrangeiros condenados à pena privativa de liberdade no Brasil perpassam, desde o suposto cometimento do delito até sua saída do território nacional, por procedimentos administrativos e jurídicos peculiares. A ausência de um arcabouço normativo compilado e de políticas públicas estruturadas e específicas dificulta a concessão de um tratamento coeso a este público. Na busca pela compreensão deste universo, o trabalho investiga os ganhos e os custos sociais da pena privativa de liberdade para o indivíduo estrangeiro encarcerado na unidade penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, localizada na cidade de Itaí/SP. A partir de uma metodologia empírica indutiva, inspirada nas teorias da Fenomenologia Social e “Teoria Fundamentada nos Dados”, realizaram-se entrevistas com os presos estrangeiros de Itaí, acessando suas expressões em face da intensidade do cumprimento de pena de prisão. A pena de prisão extrapola a privação da liberdade de locomoção para os indivíduos, chegando a atingir sua auto percepção como sujeitos de direito e sua capacidade de vivenciar o presente.

Palavras-Chave: Penitenciária de Itáí; Presos Estrangeiros; Expulsão; Transferência; Pesquisa empírica em direito, Execução Penal.

SANÇÃO TOZI, Thalita A. Listening to the words of foreign prisoners – Analysis about the execution of sentences of privation of liberty by foreign individuals in Brazil.(Master of Criminal Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The foreign individuals condemned to the penalty of incarceration in Brazil go through peculiar administrative and legal procedures from the alleged committed crime until their departure from the country. The absence of a compiled normative framework and of structured and specific public policies hinders the provision of a cohesive treatment to these individuals. In the search for understanding this reality, this dissertation investigates the social benefits and costs of the sentence involving de privation of liberty for the foreign individuals incarcerated in the penitentiary unit “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, located in the city of Itaí, state of São Paulo. From an empirical inductive method inspired in the Social Phenomenology Theory and “Grounded Theory”, interviews were held with the prisoners of Itaí, evaluating their expressions in face of the intensity of serving a sentence of imprisonment. The penalty of imprisonment surpasses the deprivation of freedom of movement to individuals, affecting their auto perception as subjects of rights and their capacity to experience the present.

Keywords: Penitentiary of Itaí; Foreign prisoners; Expulsion; Empirical research on law; Punishment; Corrections law.

LISTA DE SIGLAS

CDP- Centro de Detenção Provisória

CGPI - Coordenação Geral de Política de Imigração (Federal)

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

CNCP- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

DECRIM - Departamento Técnico de Apoio ao Serviço de Execuções Criminais

DEEST – Departamento de Estrangeiro do Ministério da Justiça

DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigração (Polícia Federal)

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DPE/SP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo

DPF - Departamento de Polícia Federal

DPMF/DPF - Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento da Polícia Federal

DPU – Defensoria Pública da União

FUNAP- Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (Governo do Estado de São Paulo)

GT Depen/MJ – “Grupo de Trabalho sobre a situação das Pessoas Estrangeiras Presas no Brasil”, criado pelo Ministério da Justiça através do Departamento Penitenciário Nacional

GT SAP/SP - “Grupo de Trabalho sobre Egressos/as Estrangeiros/as”, organizado pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, através da Diretoria da Central de Atenção ao Egresso, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

ITTC- Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

LEP- Lei de Execução Penal

MJ – Ministério da Justiça

ONG- Organização não governamental

PFB- Penitenciária Feminina do Butantã

PI- Penitenciária de Itai

SAP- Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USP- Universidade de São Paulo

VEC- Vara de Execução Penal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

ILUSTRAÇÃO 1 – Estátua de Carlos Drummond de Andrade (RJ)	5
ILUSTRAÇÃO 2 – Local de realização das entrevistas.....	13
ILUSTRAÇÃO 3 - Entrada da Penitenciária de Itai/SP	75
TABELA 1 – Propostas de Alteração para a LEP.....	30
TABELA 2- Dados sobre a decretação e efetivação das Expulsões.....	46
TABELA 3- Transferência de pessoas condenadas – CPLP.....	55
TABELA 4 - Efetivações Transferência Passivas – Homens.....	55
TABELA 5 - Composição da Amostra de Pesquisa.....	68
TABELA 6 – Nacionalidades Penitenciária de Itai.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O INDIVÍDUO E O SISTEMA PRISIONAL	20
1.1 OS GANHOS E CUSTOS SOCIAIS DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	22
1.2 O ESTRANGEIRO	23
2. ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICAS JURÍDICO- SOCIAIS	27
2.1 MACRO-OBSERVAÇÃO: O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, TRATADOS INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO GERAL	27
2.2 A EXPULSÃO	35
2.2.1 CAUSAS JUSTIFICATIVAS PARA A EXPULSÃO – ESTATUTO DO ESTRANGEIRO..	35
2.2.2 NATUREZA JURÍDICA DA EXPULSÃO	39
2.2.3 O PROCEDIMENTO DA EXPULSÃO	40
2.2.4 DADOS OFICIAIS DAS EXPULSÕES DECRETADAS E EFETIVADAS.....	46
2.3 A TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS (TCP)	50
2.3.1 HISTÓRICO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS	52
2.3.2 A TRANSFERÊNCIA ATUALMENTE NO BRASIL	53
2.4 CONSTATAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS	56
2.4.1 BENEFÍCIOS NA EXECUÇÃO DA PENA.....	56
2.4.2 ASSISTÊNCIA JURÍDICO E SOCIAL	58
2.4.3 QUESTÃO DE SAÚDE	60
2.4.4 ATUAÇÃO DO CONSULADO	61
2.4.5 DOCUMENTAÇÃO	61
2.4.6 COMUNICAÇÃO FAMILIAR E VISITAS	62
2.4.7 INFORMAÇÕES, A PRÁTICA E PROPOSTAS	63
3. PERCURSO METODOLÓGICO	66
3.1 A COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	66
3.2 ABORDAGEM DOS ENTREVISTADOS	69
3.3 COMITÊ DE ÉTICA E CUIDADOS ÉTICOS	70
3.4 INSPIRAÇÃO TEÓRICA	71

3.4.1	TEORIA FENOMENOLÓGICA	71
3.4.2	A “TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS”	73
4.	APROXIMAÇÃO DO CAMPO – A PENITENCIÁRIA DE ITAÍ	75
5.	A ESCUTA DO INDIVÍDUO ESTRANGEIRO	85
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	85
5.2	DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	113
5.2.1	OS CUSTOS SOCIAIS DA PENA	113
5.2.2	OS GANHOS SOCIAIS DA PENA.....	115
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
	ANEXO I	125
	LISTA DE ENTREVISTAS	
	ANEXO II	126
	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
	ANEXO III	130
	PORTARIA Nº02/2014 – CORREGEDORIA PERMANENTE – VEC/AVARÉ	
	ANEXO IV	136
	MODELO DECISÃO JUDICIAL – REGIME ABERTO (PREFERÊNCIA POR RETORNO AO PAÍS DE ORIGEM)	
	ANEXO V	145
	MODELO DECISÃO JUDICIAL – REGIME ABERTO (PREFERÊNCIA POR PERMANÊNCIA NO BRASIL)	
	ANEXO VI	152
	MODELO DECISÃO JUDICIAL – TRANSFERÊNCIA

Fonte: Imagem do documentário “Ela sonhou que eu morri”: 2012.

INTRODUÇÃO

O surgimento do interesse da pesquisadora sobre a situação das pessoas estrangeiras presas no Brasil deu-se em estágio realizado na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP), na Vara de Execuções Criminais¹ do Fórum Regional Criminal “Ministro Mário Guimarães” - Barra Funda. Diante de respostas negativas a pedidos e recursos realizados pelo reconhecimento de livramento condicional e progressão de regime de cumprimento de pena para presos estrangeiros, percebeu-se a existência de justificativas destoantes do padrão de resolução dada aos nacionais; motivações impeditivas ligadas à qualidade estrangeira da pessoa². Paralelamente ao obstáculo jurídico, houve a possibilidade de tangenciar dificuldades sociais e de comunicação³ através de relatos de estrangeiras no Centro de Detenção Provisória Feminino “Dra. Marina Mario Cardoso de Oliveira” – Butantã (em atendimento presencial), bem como por correspondências destinadas à DPE/SP.

No intuito de se aproximar do objeto de estudo, a pesquisadora integrou o “Grupo de Trabalho sobre Egressos/as Estrangeiros/as”, organizado pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, através da Diretoria da Central de Atenção ao Egresso, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP/SP), no ano de 2013. O grupo de trabalho era composto por atores envolvidos na temática, incluindo representantes de órgãos governamentais, do Judiciário, de consulados e da sociedade civil. O intuito era reunir informações, a partir da experiência prática, para compreender a realidade da parcela estrangeira da população presa e egressa no Estado de São Paulo, possibilitando reflexão e proposição de mudanças nas questões entendidas como

¹ Estágio supervisionado durante os meses de agosto a dezembro de 2012.

² Nesse sentido, ver: Agravo de Execução Penal nº 0138639-47.2013.8.26.0000, 3ª Câmara de Direito Criminal, TJSP, Relator Desembargador Geraldo Wohlers, 08/10/2013; Agravo de Execução Penal nº 0138773-74.2013.8.26.0000, 4ª Câmara de Direito Criminal, TJSP, Relator Desembargador Luis Soares de Melo, 08/10/2013; AgRg no Habeas Corpus nº 266.037 / MG, STJ, Relatora Ministra Marilza Maynard, 18/04/2013, Habeas Corpus nº 99400 / RJ, STF, Relator Ministra Carmem Lúcia, 19/11/2010.

³ Certa correspondência de uma senhora africana, escrita em francês, relatou que ela estava com problemas de saúde. Tentara passar em consulta médica no estabelecimento prisional, no entanto, não obtivera êxito na comunicação com o profissional, devido às diferenças idiomáticas. Após este episódio, teria entrado em contato com sua filha pedindo-lhe ajuda. Relatou que sua filha havia enviado remédios pelo serviço do correio internacional, mas ainda não teria recebido os medicamentos. A carta destinava-se à Defensoria Pública Estadual requerendo ajuda para achar estes remédios.

problemáticas⁴. Dentre os encontros do grupo, vale pontuar a sua presença na Audiência Pública nº04/2013/PRDC/SP⁵.

Em 2015, a pesquisadora passou a participar do “Grupo de Trabalho sobre a situação das Pessoas Estrangeiras Presas no Brasil”, criado pelo Ministério da Justiça através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) pela portaria n. 317, de 19 de agosto de 2014 e reconduzido pela portaria n. 488, 31 de dezembro de 2014. Semelhante à experiência anterior, este grupo reuniu operadores⁶ que tangenciavam a situação dos estrangeiros em situação de privação da liberdade, debruçando-se a compreender os entraves legais, jurídicos, políticos e sociais, a fim de propor ações modificativas, não apenas para o estado de São Paulo, mas para todo o país⁷. No relatório denominado “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho 2014”, produzido pelo DEPEN/MJ, menciona-se algumas especificidades do público estrangeiro, elaboradas a partir das reuniões deste grupo de trabalho:

O levantamento do número dos presos estrangeiros e a informação sobre sua procedência se mostra relevante em razão das dificuldades específicas encontradas por essa parcela da população prisional. De acordo com o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Pessoas Estrangeiras Privadas de Liberdade, coordenado pela Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, destacam-se como problemas comumente vivenciados por pessoas estrangeiras presas: a dificuldade de obtenção de livramento condicional e de progressão de regime, dada a maior dificuldade dessas pessoas em atender às condições exigidas pela Lei de Execução Penal (como a obtenção de ocupação lícita, dentro de prazo razoável); a dificuldade em receber visita e manter contato com a família; a

⁴ O grupo dissolveu-se em 2013, sem justificativas aos integrantes.

⁵ Audiência Pública nº04/2013/PRDC/SP- Realizada pela Procuradoria da República do Estado de São Paulo que visou debater e obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes aos pontos críticos no tratamento dispensado ao estrangeiro no Brasil, notadamente sobre a disciplina de repatriação, deportação e expulsão, bem como discutir as alterações e inovações a serem veiculadas no anteprojeto de lei de migrações e promoção de direitos de migrantes no Brasil.

⁶ Como exemplo da composição heterogênea do grupo: Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça (DEEST/MJ), da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério das Relações Exteriores (DCJI/MRE), do Conselho Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CNDH/SDH/PR), da Assessoria Internacional da SDH, da Assessoria de Gabinete da SDH, da Coordenação de Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério da Saúde (DAPES/MS) e do Projeto Mulheres do DEPEN, Ouvidora do Sistema Penitenciário - OSPEN/DEPEN, CGPI/DIREX/DPF representante do MPF, Secretaria de Administração Penitenciária de SP/ CONSEJ, Diretor da Penitenciária de ITAÍ/SP, Secretária de Atuação no Sistema Penitenciário – DPU, Projeto Estrangeiros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC DCJI/ Ministério das Relações Exteriores, SAL/MJ, e a mestrandia.

⁷ Ressalta-se que o grupo ainda se encontra em atividade. Algumas informações sobre este grupo podem ser encontradas no portal: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/08/ministerio-da-justica-dara-assistencia-a-estrangeiros-presos-no-brasil>>, acessado em junho de 2015.

carência à assistência consular; as dificuldades relacionadas à barreira linguística, como a falta de acompanhamento jurídico; o desconhecimento das regras disciplinares e do processo de execução penal (BRASIL, 2014. Pg 60).

As trocas realizadas nessas experiências firmaram a urgência e necessidade de se enfrentar a realidade de indivíduos estrangeiros condenados à pena privativa de liberdade no Brasil. A trajetória do estrangeiro, desde o suposto cometimento do delito, passando pelo processo criminal, até sua saída do território nacional, é repleta de procedimentos administrativos e jurídicos peculiares. A ausência de um arcabouço normativo compilado e de políticas públicas estruturadas e específicas dificulta a concessão de um tratamento coeso a este público.

Na busca pela compreensão deste universo, o trabalho objetiva investigar ganhos e custos sociais⁸ da pena privativa de liberdade para o indivíduo estrangeiro.

Inserida em uma perspectiva construtivista da realidade, os indivíduos que vivenciam a privação da liberdade, para além de meros objetos, são considerados sujeitos individuais que constroem suas trajetórias. A investigação está na aproximação de como eles identificam e caracterizam essa experiência em suas vidas.

A escuta individual oferece elementos que transcendem a compreensão de sua trajetória de maneira singular. É possível dizer que um caso pontual pode vir a representar um ou alguns grupos nos quais ele seja um agente sociologicamente situado. Nesse sentido, sua história é portadora de estruturas e significações sociais. Não se busca reduzir todas as possibilidades de vivências de pessoas encarceradas aos aspectos identificáveis, mas reconhecer a existência de características comuns aos grupos sociais, suas tendências e determinantes objetivas (PIRES, 1981. PG 319). A partir do reconhecimento desses elementos, é possível gerar subsídios facilitadores da estruturação legislativa, judiciária, administrativa, política e social de tratamento deste público⁹.

Para atingir o objetivo da pesquisa, optou-se pela metodologia de pesquisa empírica indutiva qualitativa, realizando entrevistas semidirigidas e abertas, com indivíduos encarcerados na unidade penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, localizada na cidade de Itaí/SP.

⁸ “Custos sociais” é inspirado no trabalho: PIRES, Alvaro P., LANDREVILLE, Pierre, BLANKEVOORT, Victor. *Les coûts sociaux du système pénal*. Montréal: Ecole de criminologie, Université de Montréal. 1981.

⁹ Este trabalho objetiva o reconhecimento dos elementos, não se pretende propor ou realizar tais alterações.

A opção por essa unidade penitenciária justificou-se por ser a única penitenciária exclusivamente destinada ao público estrangeiro no Brasil, e pela representatividade numérica dos indivíduos no universo nacional de estrangeiros presos. De acordo com o último dado oficial¹⁰, dos 2.784 indivíduos encarcerados estrangeiros no Brasil, o estado de São Paulo abarcaria cerca de 65%. Da parcela masculina do estado de São Paulo, 90% destinam-se à unidade penitenciária de Itai (somando 1.198 em outubro de 2016).

Para melhor visualização, anunciam-se os capítulos da presente dissertação. O primeiro capítulo é considerado introdutório, disponibilizando dados sobre o sistema penal nacional e elementos limitadores do vocabulário a ser utilizado - como a concepção de estrangeiro e de “ganhos e custos sociais” da pena privativa de liberdade.

Avançando para o segundo capítulo dedicado à perspectiva normativa – jurídica – social do que hoje caracteriza as experiências dos estrangeiros que respondem processo criminal e cumprem pena privativa de liberdade, a partir de uma compilação de fontes. Como não há codificação unificada exclusiva, optou-se por explorar possibilidades normativas que emolduram as possíveis trajetórias deste público, englobando aspectos da legislação comum, alguns tratados internacionais, e os institutos da expulsão e da transferência. Além disso, pontuam-se pontos problemáticos identificados na prática de atuação. Além da diminuta literatura disponível, a fonte para a composição do capítulo foram as falas dos atores que trabalham com o tema e participaram das reuniões dos grupos de trabalhos previamente anunciados, bem como entrevistas complementares. O intuito deste capítulo não é esgotar as questões levantadas, mas trazer elementos que aproximem o leitor das especificidades do tema.

Diante da conjuntura exposta, o terceiro capítulo traz as especificações metodológicas da pesquisa de campo realizada. A investigação empírica qualitativa se propõe a acessar aspectos da pena privativa de liberdade na vida da pessoa estrangeira no Brasil, através da entrevista de indivíduos de diferentes nacionalidades presos na Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva” - Itai/SP, na tentativa de expor o ponto de vista *do* indivíduo, e não *sobre* o indivíduo. Expõe-se, então, o percurso de construção da pesquisa empírica, partilhando as reflexões que envolveram a construção da amostra de pesquisa, da abordagem dos entrevistados e dos cuidados éticos para a realização de pesquisa “com

¹⁰ Dados de 2014 (BRASIL, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho 2014. Ministério da Justiça. Pg 60), disponibilizado em: < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> > acessado em junho 2015.

seres humanos”. Para facilitar a familiarização da metodologia indutiva, que não apresenta hipóteses a serem testadas, mas considerações reflexivas a partir dos dados encontrados no campo, pontuou-se brevemente aspectos das teorias metodológicas que inspiraram a realização deste trabalho - Fenomenológica e “Teoria Fundamentada nos Dados”.

O quarto capítulo exterioriza ao leitor do campo da pesquisa empírica, expondo elementos estruturantes da Penitenciária de Itai/SP. O capítulo é baseado nas impressões da pesquisadora durante os onze dias que permaneceu em campo, valendo-se de conversas informais com funcionários e agentes penitenciários dos diversos setores, bem como entrevista realizada com o diretor geral e de disciplina, e com a juíza da vara de execuções responsável pela unidade.

Por fim, o quinto capítulo disponibiliza os dados colhidos com os entrevistados organizados nas chaves de análise que guiaram a estruturação do exercício investigativo. A partir do material acessado, tem-se as reflexões e teorizações hipotéticas formuladas no intuito de responder a questão do trabalho. Frise-se não se pretender definir tais elaborações como únicas verdades absolutas consequentes dos dados colhidos, mas tecer conclusões plausíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de enfrentar o tema do cumprimento de pena privativa de liberdade pelos estrangeiros iniciou-se na dificuldade de acesso a referências bibliográficas específicas. Fato este que ensejou o movimento de empiria na busca por referências normativas e filosóficas que estariam pautando os operadores que em sua atuação constroem este cenário. Destaca-se que mesmo na temática de migrações, que vem ganhando espaço nos debates públicos e acadêmicos, não há destaque para a questão prisional.

Assim, em um primeiro momento deste trabalho, optou-se por delinear o quadro normativo, as discussões e os desafios postos nos dias de hoje aos olhos de atores que constroem o fazer/pensar desta problemática. Ainda que não de maneira a esgotar os elementos apresentados, o material contribui para situar os interessados no tema.

Esta experiência é indicativa da importância de sensibilização dos operadores nesse cenário, bem como da necessidade de se registrar e normatizar, ainda que “*pós execução*”, os passos que vêm compondo as decisões e práticas dos atores nesse cenário, a fim de possibilitar o acesso ao histórico das reflexões que pautaram os pontos conflituosos e progredir na construção deste tema.

Ainda há muito a debater, sendo urgente a necessidade de criação de arcabouço normativo coeso que envolva conjuntamente as previsões judiciais e administrativas, a fim de proporcionar um mínimo de previsibilidade e uniformidade ao tratamento dado ao preso e egresso estrangeiro. Frise-se a incoerência e insensatez da perpetuidade da sanção da Expulsão no contexto dos direitos humanos e legislação brasileira.

Passando então os indivíduos estrangeiros que cumprem a pena privativa de liberdade de objetos para sujeitos detentores de fala, o trabalho propôs-se a se aproximar de suas vivências, escutando a maneira como expressam a experiência de prisão na única unidade penitenciária exclusiva para indivíduos estrangeiros do país.

A pena privativa de liberdade priva o indivíduo de muitos elementos que ultrapassam o seu direito de deslocamento. O recorte dado ao trabalho permite destacar os custos sociais dessa pena para aqueles indivíduos que foram entrevistados, mas que oferecem elementos de sentido que possibilitam a ampliação das conclusões apreendidas.

Como custos sociais adicionais à privação do deslocamento dos indivíduos identificaram-se: (i) a fuga em se viver o presente; (ii) a dificuldade de o indivíduo se enxergar como sujeito de direitos; (iii) a ausência da sensação de defesa; (iv) a sensação de diferenciação negativa de tratamento por se tratar de público estrangeiro em setores específicos; (v) a imposição da língua portuguesa como única alternativa para a comunicação com a instituição prisional; (vi) a ausência de uma cultura carcerária única; (vii) a ausência de informação sobre a possibilidade de permanência no Brasil após o cumprimento de prisão, o que o priva de planejamento do futuro; (viii) a impossibilidade de acompanhamento de notícias sobre a situação do país de origem; (ix) a solidão em face da ausência e/ou dificuldade de comunicação com familiares/ recebimento de visitas.

Não se identificou ganhos sociais pela vivência da privação da liberdade. Todavia, alguns elementos “positivos”, em termos comparativos, foram revelados e possibilitaram algumas formulações: (i) a possibilidade de não sofrer com as penas sociais e estigmatizações pela não obrigatoriedade de cumprimento da pena no país de origem; (ii) o apoio do consulado; (iii) a existência de benefícios na execução penal; (iv) a ausência de superlotação; (v) a existência de alimentação diária.

A condição de estrangeiro é ignorada a partir do momento em que o indivíduo é preso. Em geral a regulamentação interna segue as regras dos nacionais e o que há de específico não facilita aos indivíduos a superarem os obstáculos de se estar presos no exterior. As dificuldades em estabelecer comunicação com os entes queridos e receber visitas é um exemplo claro disso.

O viés ressocializador da pena privativa de liberdade, que já vem sendo questionado para toda a população carcerária, no caso do indivíduo estrangeiro só aparece para favorecer medidas que o retirem do país, deixando claro o caráter exclusivamente punitivista durante o período de cumprimento de pena no Brasil.

Este trabalho alerta, portanto, para a necessidade de se refletir sobre a invisibilizada situação dos estrangeiros que cumprem pena privativa de liberdade e a necessidade de se criar subsídios para políticas públicas que correspondam às necessidades específicas deste público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, Denise Neves. *Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional – Extradução, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos*. São Paulo: Saraiva. 2013.

ACHUTTI, Daniel Silva. Os estrangeiros no processo penal: breve análise da justiça restaurativa in *Revista de Estudos Criminais*, v. 7, n. 26, p.173-193, jul./set. Porto Alegre: REC.2007.

ADORNO, S. O sistema penitenciário no Brasil (problemas e desafios) in *Revista USP*, v. 9, p. 65-78. São Paulo: USP.1991.

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar. 1985.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora; DINIZ, Carlos Alberto. Estrangeiro e inclusão social: uma análise com fundamento na Universidade dos direitos humanos e as intenções constitucionais in *Novos Estudos Jurídicos*, p.43-62, out. 2008. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/452>>. Acesso em junho 2015.

ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de. Cooperação internacional na luta contra o crime: transferência de condenados - execução de sentença penal estrangeira - novo conceito in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 3, n. 10, p.105-115, abr./jun. São Paulo: IBCCRIM. 1995.

ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de. O estrangeiro: um menos tolerado : controle e reação social no Brasil in *Eguzkilore: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología* p.95-105. San Sebastian: 1994.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos / Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e Política Criminal Alternativa in *Revista de Direito Penal*, 23 p.7-21, dez. Rio de Janeiro, 1976.

BARATTA, Alessandro. Marginalidade social e justiça in *Revista de Direito Penal*, 21/22, p.5-25, jan./jun. Rio de Janeiro, 1976.

BARATTA, A. Ressocialización o controle social: por um concepto critico de “reintegración social” Del condenado, p.141-157. In: BARATTA, A. *Criminologia y sistema penal: compilación in memoriam*. Buenos Aires: Editorial B. de F., 2004.

BITENCOURT, Cesar Roberto. *Falência da Pena de Prisão, Causas e Alternativas*, 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2011.

BLANCHARD, Emmanuel. Étrangers incarcarcérés, étrangers délinquants? in *Plein droit*, 2001. Disponível em: < <http://www.gisti.org/doc/plein-droit/50/prisons.html>>, acessado em junho de 2015.

BOLIVAR, Analluza Bravo. *O impacto no Brasil da causuística internacional relativa à violação do direito de informação sobre a assistência consular para preso estrangeiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito do Largo São Francisco. USP. São Paulo, 2011.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *Preso pelo Estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a identidade do preso*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *Reintegração Social: discursos e práticas da prisão – um estudo comparado*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito do Largo São Francisco. USP. São Paulo, 2011.

BRASIL, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – junho 2014*. Brasília: Ministério da Justiça. 2014. Disponibilizado em: < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> acessado em junho 2015.

BRASIL. *Relatório sobre a situação das pessoas estrangeiras presas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça – DEPEN. 2014.

BRASIL. *Transferência de Pessoas Condenadas*. 2 Ed. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Presos Estrangeiros, 2010.

BUSATO, Paulo Cesar. Execução penal e cidadania global: a tratativa discriminatória da progressão de regime para o estrangeiro no Brasil in *Revista de Estudos Criminais*, v. 10, n. 38, p.9-36, jul./set. Porto Alegre, 2010.

CABESSIE, Philippe. *Sociologie de la prison*. Paris: La Découverte.2009.

CALDEIRA, Teresa Pires. *A cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CARDOSO, Gabriela. MONTEIRO, Felipe. A seletividade do sistema penal brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. In *Civitas*.v.13 n.1. Porto Alegre. 2013.

CAUCHIE, Jean-François. KAMINSKI, Dan. Éléments pour une sociologie du changement

pénal en Occident. Eclairage des concepts de rationalité pénale moderne et d'innovation pénale. in *Champ penal*, vol. IV . 2007. Disponível em: <<http://champpenal.revues.org/613> ; DOI : 10.4000/champpenal.613>, acessado em junho de 2015.

CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas Criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993 - 2010) in *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, nº01, vol.01. 2014. Disponível em : <www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/download/6/6>, acessado em junho de 2015.

CARVALHO, Eric Guilherme Ferreira de. Os direitos (fundamentais) dos estrangeiros na execução penal, desde o paradigma neoconstitucionalista in *Revista Liberdades*. São Paulo, Ed. Especial, p.47-70, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/_pdf/08A/artigo2.pdf>, acessado em junho de 2015.

CASTRO, Fabio Fonseca. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz in *Ciências Sociais Unisinos*, jan/abril. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/moinhojuridico/images/documentos/texto17.pdf>>, acessado em junho de 2015.

CHANTRAINE, Gilles. *Par-delà les murs, expérience et trajectoires em Maison d'arrêt*. Paris: PUF, 2004.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. In *Psicologia em estudo*. Vol.05. Nº02. Universidade Estadual de Maringá: 2000.

CORCUFF, Philippe. *Les nouvelles sociologies*. Paris: Nathan Université, 1995.

COSTA, Ana Cláudia Lago. *Tráfico mundial de drogas e processo penal aplicado aos “mulas” em face da soberania e da cooperação jurídica internacional*. Dissertação de Mestrado. UNICEUB. Brasília. 2013.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Cartilha de Direitos Religiosos, Deveres e Costumes de Presos Muçulmanos em Penitenciárias. Disponível em: <<http://www.dpu.gov.br/images/stories/arquivos/PDF/cartilha%20muculmanos.pdf>>, acessado em junho de 2015.

ELA Sonhou que eu morri (documentário). Direção: Maíra Bühler, Matias Mariani. 72min. Brasil: 2012.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FONTES, André R. C. O estrangeiro, o inimigo e o direito penal in *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, n. 91, p.27-35, abr./jun. Rio de Janeiro, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANÇA, *Étude sur les étrangers Detenus (propositions)*. Commission Nationales Consultative des Droits de l'Homme. Novembre. 2004.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo*. (tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio). Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. London: Aldine Transaction, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Versão Digital (2004). 4ed. Trad. Márcia Bandeira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA – ITTC. Projeto Estrangeiros. Disponível em: <<http://www.ittc.org.br/web/estrangeiros.asp>>, acessado em junho de 2015.

LEGANÉS GÓMEZ, Santiago. Extranjeros en prisión. La Ley Penal in *Revista de derecho penal, procesal y penitenciario*, v. 3, n. 30, p.32-64, set. Madrid, 2006.

MACHADO, Vitor Gonçalves. NETO, Pedro Machado Ribeiro. Presos Estrangeiros No Brasil E O Problema Da Seletividade Penal. in *Derecho y Cambio Social*, 2014. Disponibilizada em <<https://www.derechoycambiosocial.com>>, acessada em junho de 2015.

MELO, Jeferson. A situação de presos estrangeiros no Brasil in *Diálogos & Debates: da Escola Paulista da Magistratura*, v. 12, n. 4, p.44-48, jun. São Paulo, 2012.

MIOTTO, Armida Bergamini. Transferência de presos estrangeiros in *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, v. 1, n. 2, p.57-69, out./dez. Brasília, 1993.

MORAES, Ana Luisa Zago de. Assistência transdisciplinar aos presos estrangeiros: uma abordagem prática com base na experiência da Defensoria Pública da União em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. N. 101. Mar. São Paulo: IBCCRIM, 2013.

MORAES, Ana Luisa Zago de. *Estado de exceção e a seleção de inimigos pelo sistema penal: uma abordagem crítica no Brasil contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. PUCRS: 2008.

MOUNIRA, Zermani. *Alfred Schütz : l'étranger et sa compréhension du groupe d'accueil, Sociétés* n.89, p. 99-103. 2005. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-societes-2005-3-page-99.htm>> acessado em junho de 2015.

PALIDDA, Salvatore. La criminalisation des migrants in *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 129, septembre, p.39-49. 1999. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1999_num_129_1_3302>, acessado em junho de 2015.

PARDI, Luis Vanderlei. *O regime jurídico da expulsão de estrangeiros no Brasil: uma análise à luz da Constituição Federal e dos Tratados de Direitos Humanos*. São Paulo: Almedina, 2015.

PINTO, Ana Luisa. *A pena acessória de expulsão de estrangeiros do Território Nacional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PIRES, Alvaro P, e outros. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (Tradução Ana Cristina Arantes Nasser). 2ed. Petrópolis: Vozes. 2010.

PIRES, Alvaro P. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humano. In *Revista Novos Estudos*, nº 68, março. São Paulo: Cebrap. 2004.

PIRES, Alvaro P. Analyse causale et récits de vie. In *Revue Anthropologie et Sociétés*, vol. 13 no 3, pp. 37-57. Québec : Département d'anthropologie, Université Laval. 1989.

PIRES, Alvaro P. Direito Penal e orientação punitiva: um problema só externo ao direito? In *Globalização, Sistema Penal e Ameaças ao Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

PIRES, Alvaro P. *Stigmaté Penal et Trajectoire Sociale*. Tese de Doutorado. Montréal: Ecole de criminologie, Université de Montréal. 1983.

PIRES, Alvaro P., LANDREVILLE, Pierre, BLANKEVOORT, Victor. *Les coûts sociaux du système pénal*. Montréal: Ecole de criminologie, Université de Montréal. 1981.

PIRES, Alvaro P.; LANDREVILLE, Pierre; BLANKEVOORT, Victor. Système pénal et trajectoire sociale. In: *Déviance et société*, vol. 5, nº4. pp. 319-345. Genève: Persée. 1981.

ROCHA, João Luís Moraes. *Reclusos estrangeiros: Um estudo exploratório*. Coimbra: Almeida, 2001.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia clínica e psicologia criminal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais* (Tradução de Angela Melin). Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.

SCHÜTZ, Alfred. *L'étranger, Suivi de L'homme qui revient au pays* (Traduit de l'anglais par Bruce Bégout). Paris: Editions Allia, 2003.

SCHÜTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Klincksieck, 1987.

SCHÜTZ, Alfred. Um ensaio em Psicologia Social (Tradução de Márcio Duarte e Michael Hanke). *Revista Espaço Acadêmico*. n113/ ano X. 2010.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. *Presos estrangeiros no Brasil: aspectos jurídicos e criminológicos*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito do Largo São Francisco. USP. 2006.

TEIXEIRA, Alessandra et al. O sistema prisional: um debate necessário in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 15, n. 67, p.233-252. São Paulo: IBCCRIM. 2007

TROMBIK, Emily. Être étranger en prison, in *Revue des Sciences Sociales*, n° 42, p. 70-77. Stasbourg: 2009. Disponível em : <
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Frevue-des-sciences-sociales.com%2Fpdf%2Frss42-trombik.pdf&ei=3UCLVY3oFsWs-QGs_bvICQ&usg=AFQjCNFiC8p2JAaXit1HJ5bAKvJKST0gXQ&sig2=jS1_2EKwWGvVcO8qn8cTOQ> acessado em junho de 2015.

TROMBIK, Emily. *Étude sociologique du vécu carcéral des détenus allemands en France et des détenus français en Allemagne*. Thèse du doctorat. Université de Strasbourg. Estrasburgo, 2010.

ZERMANI, Mounira. Alfred Schütz : l'étranger et sa compréhension du groupe d'accueil. *Sociétés*.n 89. 2005.

ANEXO I – LISTA DE ENTREVISTAS

DATA	NOME	LOCAL
Julho / 2014	João Guilherme Granja (Diretor DEEST)	DEEST – Brasília
03/10/2016	Fernando Ricardo Renesto (Diretor Geral da Penitenciária de Itaí) e Benedito (Diretor de Disciplina)	Penitenciária de Itaí/SP
11/10/2016	Roberta de Oliveira Ferreira Lima (Magistrada) e Oriovaldo Antonio Gobeth Filho (Chefe de Seção Judiciário)	VEC- Fórum de Avaré
03-14 de Outubro/2016	Entrevista de 1 a 15 – Estrangeiros presos	Penitenciária Itaí
14/02/2017	Paulo Almeida (juiz federal)	Por email
16/02/2017	Luís Pardi (delegado federal)	Polícia Federal – Lapa

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE ¹⁶⁷

Nome do Voluntário: _____

Nacionalidade: _____

Idioma: _____

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por Thalita Aparecida Sanção Tozi, mestrande pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), e Prof. Associado Alvino Augusto de Sá (professor orientador), objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1.Título do Trabalho:

ESQUITANDO PALAVRAS DE PRESOS ESTRANGEIROS

Análise sobre o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo indivíduo estrangeiro no Brasil.

2.Objetivo:

O objetivo deste trabalho é identificar e apontar aspectos relativos ao impacto dos ganhos e custos sociais da pena privativa de liberdade para as pessoas estrangeiras no Brasil, tais como percebidos e vivenciados pelos próprios indivíduos.

3.Justificativa:

Através das entrevistas será possível acessar elementos sobre as peculiaridades enfrentadas pelo indivíduo estrangeiro em seu cumprimento da pena privativa de liberdade. O conhecimento desses elementos pode auxiliar na estruturação de leis, no encaminhamento judiciário, assim como em decisões administrativas e políticas públicas; e dessa forma, contribuir no aprimoramento do atendimento desta população no Brasil. Em última instância, auxiliará na reflexão e produções acadêmicas sobre os custos e os ganhos sociais

¹⁶⁷ Versões em inglês, espanhol e francês.

que transbordam a privação da liberdade, sobre o controle social e o papel que o direito e o sistema criminal exercem na vida das pessoas.

4. Método:

Trata-se de uma pesquisa descritiva baseada na metodologia empírica qualitativa, através da realização de entrevistas individuais semidirigidas abertas com a população de presos e egressos da unidade penitenciária masculina “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, localizada na cidade de Itaí/SP. Os quinze sujeitos das entrevistas que estão em cumprimento de pena privativa de liberdade serão escolhidos através dos critérios: limitação idiomática da pesquisadora (português, francês, espanhol e inglês), nacionalidade (diferentes países e continentes), idade (jovens e idosos), tempo de pena (início da pena e cumprimento quase final da pena). Os cinco egressos serão escolhidos através dos critérios: limitação idiomática da pesquisadora (português, francês, espanhol e inglês), nacionalidade (diferentes países e continentes), idade (jovens e idosos), motivação da liberdade (recebimento de benefício durante a execução da pena, ou soltura devido ao cumprimento total da pena). As entrevistas serão realizadas individualmente, no idioma de escolha do participante, sem duração precisa prevista tendo em vista seu caráter aberto. Nota-se que haverá um roteiro mínimo de questões a serem realizadas na medida em que suas temáticas não forem abordadas pelo próprio entrevistado ou a entrevistadora não acesse através de sua escuta ativa. Serão utilizados 02 aparelhos de gravação de áudio, para facilitar a análise das informações posteriormente.

5.Desconforto ou Riscos Esperados: Não se preveem riscos para o entrevistado, uma vez que as perguntas não possuem uma abordagem intrusiva. Todavia, a pesquisadora reconhece a condição de vulnerabilidade da população encarcerada e egressa, comprometendo-se a conduzir suas ações tendo sempre presente o cuidado para com este aspecto. No caso de ocorrência de quaisquer situações não previstas anteriormente e que sejam decorrentes da participação no projeto a pesquisadora assumirá a responsabilidade. Além disso, se os entrevistados virem a sentir emoções e sentimentos inquietantes, em função de experiências que venham a relatar ou que venham a se lembrar, a pesquisadora comunicará a direção da saúde/equipe de psicologia da unidade penitenciária (no caso dos presos); e encaminhará os egressos para o programa de apoio psicológico no Centro de Referência e Apoio ao Imigrante (Crai) - Rua Japurá, 234 – Bela Vista, São Paulo. Assim como há a garantia do direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

6. Informações:

Antes do início da entrevista, a pesquisadora compromete-se a esclarecer oralmente assim como entregar para o possível entrevistado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, disponibilizando informações essenciais e prévias sobre a pesquisa que darão subsídios ao sujeito decidir sobre sua participação, afirmando a preservação da voluntariedade na participação, bem como a desistência a qualquer tempo. O indivíduo a ser entrevistado receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa. Também a pesquisadora responsável assume o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando. Além disso, pontua-se a desvinculação com qualquer prestação de serviço jurídico ou outros benefícios pessoais para o entrevistado com a participação desta pesquisa.

7. Retirada do Consentimento:

O participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

8. Aspecto Legal:

Elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo ao artigo 27 do Código de Ética da Universidade de São Paulo e à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

9. Garantia do Sigilo:

Ressalta-se o sigilo absoluto da identidade dos sujeitos da pesquisa, através da utilização de pseudônimos, com garantia de não divulgação de qualquer informação que possa levar à identificação de tais sujeitos.

10. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:

Não há previsão de gastos para o participante.

11. Locais da Pesquisa:

- () Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva” - Itaí/SP;

- () CRAI (Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante); Centro de atendimento da Defensoria Pública da União; ADUS;

12. Contato dos Pesquisadores:

Pesquisadora Thalita Aparecida Sanção Tozi (11) 31114011

Prof. Associado Alvino Augusto de Sá (11) 31114011 (orientador)

13. Endereço do Comitê de Ética SAP:

Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Centro – Cep 01008-000/São Paulo.

Tel(11) 3775-8108 e-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

14. Endereço do Comitê de Ética Faculdade de Direito USP:

Largo São Francisco, 95 – 3 andar – Prédio anexo Centro – Cep 01008-000/São Paulo.

Tel(11) 3111-4000

15. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, no idioma de minha escolha, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

*** Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.**

São Paulo, _____ de _____ de 2016.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

**ANEXO III – PORTARIA Nº02/2014 – CORREGEDORIA
PERMANENTE – VEC/AVARÉ**

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

VISTO EM CORREIÇÃO
AVARÉ - SP
17 NOV 2015
Roberta de Oliveira Ferreira Lima
JUIZA DE DIREITO

Corregedoria Permanente

Portaria nº 02/2014

VISTO EM CORREIÇÃO
AVARÉ - SP
24 NOV 2014
Roberta de Oliveira Ferreira Lima
JUIZA DE DIREITO

Regulamenta a situação do preso estrangeiro em cumprimento de pena nas Unidades Prisionais sob a Corregedoria desta Comarca.

A Doutora ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA, Juíza de Direito Titular e Corregedora Permanente da 2ª Vara Criminal e das Execuções Criminais da Comarca de Avaré, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, como objetivo fundamental à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e como princípio regente de suas relações internacionais a prevalência dos Direitos Humanos (artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, 4º, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a interpretação do artigo 5º, caput, da Constituição Federal, assegura que as garantias constitucionais devem se estender a estrangeiros não residentes no Brasil, uma vez que, ainda que em situação transitória no território nacional, estão sujeitos à jurisdição brasileira, ou seja, devem observar os deveres impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro e, por outro lado, devem receber a proteção das leis brasileiras, notadamente as garantias constitucionais.

CONSIDERANDO que conforme o art. 6º do Pacto de São José da Costa Rica, uma das funções primordiais da pena é a reforma e

I

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

Corregedoria Permanente

ressocialização do sentenciado, o que será cumprido melhor caso esteja no seio de sua família e sua pátria;

CONSIDERANDO que a mesma Convenção prevê o direito à nacionalidade e à circulação entre países, sendo que o exercício da nacionalidade é realizado na terra mãe de cada pessoa;

CONSIDERANDO que é de interesse social nacional que o estrangeiro condenado por crime, ainda que não caiba expulsão, mas que não tenha vínculos ou possibilidade de desenvolvimento pessoal no país, retorne ao seu país de origem;

CONSIDERANDO que, caso o sentenciado estrangeiro intencione permanecer neste país para a continuação da pena em meio aberto, quando beneficiado com Progressão de Regime Aberto ou Livramento Condicional, é necessário viabilizar sua permanência no país para este fim e para a garantia dos demais direitos constitucionalmente garantidos a todos residentes no país;

CONSIDERANDO a reunião realizada nesta Comarca, deste Juízo com representantes da Secretaria da Administração Penitenciária e Ministério Público, em 05/05/2014, cuja ata segue em anexo a esta Portaria;

RESOLVE:

Art. 1º. O sentenciado nacional de país que mantenha tratado de transferência para o cumprimento da pena imposta pela Justiça Brasileira em seu país, poderá a qualquer momento do cumprimento de sua pena, desde que sua condenação esteja transitada em julgado, requerer sua transferência, de forma gratuita e sem necessidade de advogado, ao Ministério da Justiça, através da própria unidade prisional, ficando autorizada desde logo, independente de qualquer requerimento por este Juízo a transferência do mesmo, assim que for deferida pelo Poder Executivo Federal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

Corregedoria Permanente

Parágrafo único: Os países que mantêm tratado de transferência, até a presente data são: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Espanha, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Holanda e países signatários da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de Sentença Penais no Exterior (Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Venezuela).

Art. 2º. O sentenciado estrangeiro que tiver decretada sua expulsão pelo Ministério da Justiça, fica desde logo liberado para a efetivação da expulsão quando beneficiado com progressão ao regime aberto ou livramento condicional, independente do restante de cumprimento de pena.

§1º. Os autos de execução ficarão em arquivo, aguardando-se o prazo prescricional da pena.

§2º. Caso o sentenciado retorne ao território brasileiro, deverá cumprir o restante da pena, retornando ao regime anterior.

Art. 3º. Na hipótese do Juízo deferir a progressão ao regime aberto ou o livramento condicional ao sentenciado que ainda não tenha sido expulso, ainda que com inquérito de expulsão em andamento e que não tenha vínculo familiar comprovado com o Brasil e manifeste o desejo de permanecer no país, caso seja deferido benefício de progressão ao regime aberto ou livramento condicional, após a concessão do benefício, o sentenciado permanecerá em albergue disponibilizado pela SAP, cuja vaga será requisitada pela unidade prisional, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§1º. Dentro deste período, o mesmo deverá comprovar junto ao Juízo das Execuções competente, a fixação de residência e obtenção de trabalho, sob pena de revogação do benefício.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

Corregedoria Permanente

§2º. Do mesmo modo, deverá obedecer as regras de convivência do albergue.

§3º. Em caso de ser decretada sua expulsão do país, o sentenciado ficará ciente que deverá deixar o território nacional para o cumprimento da expulsão, independente do fim da pena, salvo se houver obtenção de asilo político concedido pelo Poder Executivo Federal.

§4º. Quando da liberação do sentenciado, deverá ser orientado pela Direção do Presídio para providenciar a regularização de sua situação imigratória no país, caso deseje aqui permanecer após o fim da pena, junto às autoridades competentes.

§5º. A sentença que deferir o benefício de progressão ao regime aberto ou livramento condicional, determinará que se oficie à Polícia Federal para determinar a expedição de RNE para o sentenciado.

§6º. O sentenciado, com cópia da sentença e dos ofícios expedidos, deverá se dirigir à Polícia Federal para a obtenção do RNE. Com o documento, o sentenciado poderá se dirigir à Receita Federal para obtenção de CPF para estrangeiro e ao Ministério do Trabalho para obtenção de carteira de trabalho para o mesmo. No caso de negativa destes órgãos na expedição dos documentos necessários ao cumprimento do restante da pena em meio aberto no Brasil, o sentenciado poderá requerer junto ao Juízo das Execuções competente, a determinação de expedição destes documentos.

§7º. Caberá à Unidade Prisional também cientificar o sentenciado das condições do benefício.

Art. 4º. Caso o sentenciado estrangeiro não expulso ou com inquérito de expulsão em andamento, não preencher o perfil previsto no artigo 4º e manifeste o desejo de retornar ao país de origem, no momento em que for beneficiado com progressão ao regime aberto ou livramento condicional, será

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

Corregedoria Permanente

liberado para retornar ao país de origem, independente do cumprimento integral da pena.

§1º. Os autos de execução ficarão em arquivo, aguardando-se o prazo prescricional da pena.

§2º. Caso o sentenciado retorne ao território brasileiro ou caso seja detectado que o mesmo nunca saiu deste território, deverá cumprir o restante da pena, retornando ao regime anterior.

§3º. Em caso de ser decretada sua expulsão pelo Ministério da Justiça, o sentenciado fica ciente que estará proibido de ingressar em território nacional.

§4º. Caso haja inquérito de expulsão em andamento com decreto de prisão preventiva administrativa, a decisão que conceder o benefício não impedirá esta prisão.

§5º. Com fins de viabilizar a saída do sentenciado do país, a sentença que deferir o benefício determinará a expedição de ofício para a Polícia Federal para a expedição de passaporte brasileiro provisório para o mesmo, no prazo de 30 dias.

§6º. Sem prejuízo, será comunicado o consulado de sua nacionalidade, para ciência da sentença e para que seja expedido, o passaporte ou salvo conduto (salvoconducto - safe conduct - laissez-passer) para que o mesmo retorne ao seu país.

§7º. O sentenciado, com cópia da sentença e dos ofícios expedidos, deverá se dirigir à Polícia Federal ou ao Consulado para a retirada dos documentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Encaminhe-se cópia desta Portaria para a Corregedoria Geral da Justiça, Secretaria da Administração Penitenciária, Ministério Público, Subseção local da OAB, Defensoria Pública e Polícia Federal.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Avaré

Corregedoria Permanente

Avaré, 02 de outubro de 2014.

Assinatura manuscrita de Roberta de Oliveira Ferreira Lima.

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

**ANEXO IV – MODELO DECISÃO JUDICIAL – REGIME ABERTO
(PREFERÊNCIA POR RETORNO AO PAÍS DE ORIGEM)**

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração
Penitenciária

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO
Penitenciária "CB/PM MARCELO PIRES DA SILVA" - ITAI

DECLARAÇÃO

Eu, [REDACTED] matrícula [REDACTED] Execução [REDACTED]
filho de [REDACTED] nascido em [REDACTED] Romeno, preso e
recolhido nesta Unidade Prisional no regime **Semiaberto**, declaro que, caso me venha
a ser concedido algum benefício que me coloque em liberdade, manifesto o desejo de:

☒ retornar ao meu país de origem, ou seja, para **Romênia**.

☐ permanecer no **Brasil**.

Itai, 1 de julho de 2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

Execução Criminal nº [REDAZIDA]

VISTOS.

Trata-se de pedido de **progressão ao regime aberto** formulado pelo sentenciado [REDAZIDA], já qualificado nos autos e atualmente recolhido na Penitenciária "Cb Pm Marcelo Pires da Silva", da cidade de Itai.

Regularmente processado, o feito está instruído com parecer do representante do Ministério Público (fls. 07).

É o relatório.

DECIDO.

Consta dos autos que o reeducando, estrangeiro, cumpre pena total de 05 anos, 04 meses e 23 dias de reclusão.

Entendo que a análise do benefício pretendido pelo reeducando não pode se limitar ao exame da sua condição peculiar de estrangeiro não domiciliado no Brasil, cumprindo atentar também ao seu *status* de pessoa humana, que tem efetiva proteção constitucional.

A República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, como objetivo fundamental à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e como princípio regente de suas relações internacionais a

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Seção de Execuções Criminais

prevalência dos Direitos Humanos (artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, 4º, inciso II, da Carta Magna, respectivamente).

Necessário mencionar que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, que dispõe expressamente em seu preâmbulo que *“os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos”*.

Assim, apesar do reeducando, estrangeiro sem domicílio no país, encontrar-se em uma relação especial de sujeição aos Direitos Fundamentais, subordinado a um estatuto que lhe restringe alguns direitos, tal não pode implicar a negação de seus Direitos Humanos, protegidos nacional e internacionalmente.

Nesse sentido Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Coelho Gonet Branco:

“As restrições dos direitos fundamentais não de vir estipuladas em lei que defina cada estatuto especial. Faltando a lei, há de se recorrer aos princípios da concordância e de ponderação entre os direitos afetados e os valores constitucionais que inspiram a relação especial” (Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 282).

Há que se ressaltar que o princípio da igualdade deve ser sempre observado com o fim de assegurar ao estrangeiro uma forma digna de cumprimento de pena e assegurando-se lhe todas as garantias, pois, sua condição jurídica não o desqualifica como sujeito de direitos.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

Portanto, a condição da existência de eventual decreto de expulsão, não implica sua permanência em regime integralmente fechado. Até porque, a progressão de regime, bem como o livramento condicional são formas de cumprimento da pena.

Pensar o contrário violaria o princípio da individualização da pena, que tem como corolário o sistema progressivo de cumprimento da pena. Anote-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 82.959 entendeu ser inconstitucional a vedação à progressão de regime prevista na Lei nº 8.072/90.

A interpretação do artigo 5º, *caput*, da Constituição da República, assegura garantia constitucional, deve se estender a estrangeiros não residentes no Brasil, uma vez que, ainda que em situação transitória no território nacional, estão sujeitos à jurisdição brasileira. Devem observar os deveres impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Da mesma forma, devem receber a proteção das leis brasileiras, notadamente as garantias constitucionais.

Portanto, o pedido é **procedente**, razão pela qual passo a analisar os requisitos legais.

O reeducando preenche o requisito objetivo, posto que já cumpriu o montante da pena necessário, conforme cálculo de benefícios de fls. 04-verso, enquanto que o documento de fls. 04 informa que possui "ótimo" comportamento carcerário.

Assim, os requisitos legais estão devidamente preenchidos e nos termos do artigo 112 da Lei da Execução Penal, reconsidero a decisão proferida e **DEFIRO** o pedido do sentenciado [REDACTED], promovendo-o ao

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Seção de Execuções Criminais

regime aberto e em seguida **CONCEDO** a Prisão Albergue Domiciliar, mediante a observância às condições do artigo 115 da Lei das Execuções Penais.

Outrossim, uma vez que o sentenciado deseja retornar ao seu país de origem, considerando que conforme o art. 6º do Pacto de São José da Costa Rica, uma das funções primordiais da pena é a reforma e ressocialização do sentenciado, o que será cumprido melhor caso esteja no seio de sua família e sua pátria; considerando que a mesma Convenção prevê o direito à nacionalidade e à circulação entre países, sendo que o exercício da nacionalidade é realizado na terra mãe de cada pessoa; considerando que é de interesse social nacional que o estrangeiro condenado por crime, ainda que não caiba expulsão, mas que não tenha vínculos ou possibilidade de desenvolvimento pessoal no país, retorne ao seu país de origem; **AUTORIZO** que o sentenciado retorne ao seu país de origem assim que for colocado em liberdade no cumprimento deste benefício.

Os autos de execução ficarão em arquivo, aguardando-se o prazo prescricional da pena. Caso o sentenciado retorne ao território brasileiro ou caso seja detectado que o mesmo nunca saiu deste território, deverá cumprir o restante da pena, retornando ao regime anterior.

Fica ciente o sentenciado que, em caso de ser decretada sua expulsão pelo Ministério da Justiça, ficará proibido de ingressar em território nacional. Fica também ciente de que caso haja inquérito de expulsão em andamento com decreto de prisão preventiva administrativa, a presente decisão não impedirá sua prisão.

Com o fim de viabilizar a saída do sentenciado do país, determino a expedição de ofício a Polícia Federal para que expeça passaporte provisório para o mesmo, no prazo de 30 dias.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Seção de Execuções Criminais

O sentenciado de posse de cópia da sentença e do ofício deverá se dirigir a Polícia Federal ou Consulado para retirada do documento.

Expeça-se o necessário.

Comunique-se à missão diplomática do Estado de origem do sentenciado acerca da decisão proferida por este Juízo, nos termos da resolução nº 162 de 13/11/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Avaré-SP, 11 de outubro de 2016.

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca de Avaré
Fórum de Avaré
SEÇÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE AVARÉ

Página 1/1

TERMO DE ADVERTÊNCIA DE PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR

Exec. nº [REDACTED] Ref. ao(s) Processo(s): [REDACTED]

Ao(s) 11 de Outubro de 2016, na sala de audiências da Vara de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de AVARE/SP, onde presente se achavam o(a) Dr(a). ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, comigo chefe de seção judiciário, abaixo assinado, compareceu o(a) sentenciado(a) [REDACTED], R.G. Nº [REDACTED] e C.P.F. nº NÃO INFORMADO, matrícula nº [REDACTED] filho(a) de [REDACTED] e de [REDACTED], a quem foi concedido a PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR, mediante as seguintes condições:

- 1-) Tomar ocupação lícita no prazo de trinta dias, comprovando-a em Juízo, bem como apresentar no mesmo prazo, comprovante de residência;
- 2-) Não mudar do território da Comarca do Juízo da Execução sem autorização deste;
- 3-) Sair para o trabalho às 6h00 da manhã, devendo recolher-se na habitação até as 22h00, salvo autorização expressa deste Juízo da Execução;
- 4-) Comparecimento Trimestral em Juízo para efetiva demonstração de ocupação lícita e vista na carteira de liberado;
- 5-) Não frequentar bares, boates, casas de jogos, parques de diversão e locais de reputação duvidosa;
- 6-) Não portar armas de qualquer espécie ou qualquer objeto capaz de ofender a integridade física humana;

O(A) sentenciado(a) recebeu uma cópia do termo, declarando estar ciente das condições, prometendo cumpri-las, sabendo das consequências caso haja transgressão de qualquer delas ou de outras que porventura venham a ser impostas pelo Juízo da Execução. NADA MAIS para constar, lavrei este termo, o qual vai devidamente assinado.

Eu, ORIOVALDO ANTONIO GOBETH FILHO, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

[REDACTED]
ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito Titular

Certifico e dou fé ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA, MM(A) Juíza de Direito Titular da Comarca de AVARE/SP, 11 de Outubro de 2016.
CLÁUDIO KOMEI MIYAHARA
COORDENADOR

Sentenciado:

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL
VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Corregedoria dos Presídios e Policial Judiciária

Execução Criminal nº [REDACTED]

Avaré-SP, 11 de outubro de 2016.

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, em atendimento ao expedido na **execução criminal nº [REDACTED]**, de **[REDACTED]**, **matrícula [REDACTED]**, **R.G. [REDACTED]**, remeto cópia da sentença que concedeu liberdade ao sentenciado, **devendo ser expedido Passaporte ou Salvo Conduto** em seu favor.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

[REDACTED]
ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

Ao
Ilustríssimo Senhor Cônsul
Do Consulado da Romênia
São Paulo – S.P.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL
VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Corregedoria dos Presídios e Policial Judiciária

Execução Criminal nº [REDACTED]

Avaré-SP, 11 de outubro de 2.016.

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, em atendimento ao expedido na
execução criminal nº [REDACTED], de [REDACTED],
matrícula [REDACTED], R.G. [REDACTED], remeto cópia da sentença que
concedeu liberdade ao sentenciado, **devendo ser expedido**
Passaporte provisório imediatamente.

Valho-me da oportunidade para reiterar a
Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

[REDACTED]
ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

Ao Ilustríssimo Senhor
Delegado de Polícia Federal
Responsável pela expedição de Passaporte
Polícia Federal em São Paulo
São Paulo – S.P.

**ANEXO V- MODELO DECISÃO JUDICIAL – REGIME ABERTO
(PREFERÊNCIA POR PERMANÊNCIA NO BRASIL).**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

Execução Criminal nº [REDACTED]

VISTOS.

Trata-se de pedido de progressão ao regime aberto formulado pelo sentenciado [REDACTED] já qualificado nos autos e atualmente recolhido na Penitenciária "Cb Pm Marcelo Pires da Silva", da cidade de Itai.

Regularmente processado, o feito está instruído com parecer do representante do Ministério Público (fls. 11/12).

É o relatório.

DECIDO.

Consta dos autos que o reeducando, estrangeiro, cumpre pena total de 04 anos e 08 meses de reclusão em regime semiaberto.

Entendo que a análise do benefício pretendido pelo reeducando não pode se limitar ao exame da sua condição peculiar de estrangeiro não domiciliado no Brasil, cumprindo atentar também ao seu status de pessoa humana, que tem efetiva proteção constitucional.

A República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, como objetivo fundamental à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e como princípio regente de suas relações internacionais a prevalência dos Direitos Humanos (artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, 4º, inciso II, da Carta Magna, respectivamente).

Necessário mencionar que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, que dispõe expressamente em seu preâmbulo que *"os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como*

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos".

Assim, apesar do reeducando, estrangeiro sem domicílio no país, encontrar-se em uma relação especial de sujeição aos Direitos Fundamentais, subordinado a um estatuto que lhe restringe alguns direitos, tal não pode implicar a negação de seus Direitos Humanos, protegidos nacional e internacionalmente.

Nesse sentido Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Coelho Gonet Branco:

"As restrições dos direitos fundamentais hão de vir estipuladas em lei que defina cada estatuto especial. Faltando a lei, há de se recorrer aos princípios da concordância e de ponderação entre os direitos afetados e os valores constitucionais que inspiram a relação especial" (Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 282).

Há que se ressaltar que o princípio da igualdade deve ser sempre observado com o fim de assegurar ao estrangeiro uma forma digna de cumprimento de pena e assegurando-se lhe todas as garantias, pois, sua condição jurídica não o desqualifica como sujeito de direitos.

Portanto, a condição da existência de eventual decreto de expulsão, não implica sua permanência em regime integralmente fechado. Até porque, a progressão de regime, bem como o livramento condicional são formas de cumprimento da pena.

Pensar o contrário violaria o princípio da individualização da pena, que tem como corolário o sistema progressivo de cumprimento da pena. Anote-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

nº 82.959 entendeu ser inconstitucional a vedação à progressão de regime prevista na Lei nº 8.072/90.

A interpretação do artigo 5º, *caput*, da Constituição da República, assegura garantia constitucional, deve se estender a estrangeiros não residentes no Brasil, uma vez que, ainda que em situação transitória no território nacional, estão sujeitos à jurisdição brasileira. Devem observar os deveres impostos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Da mesma forma, devem receber a proteção das leis brasileiras, notadamente as garantias constitucionais.

Portanto, o pedido é **procedente**, razão pela qual passo a analisar os requisitos legais.

O reeducando preenche o requisito objetivo, posto que já cumpriu o montante da pena necessário, conforme cálculo de benefícios de fls. 04vº, enquanto que o documento de fls. 04 informa que possui "**ótimo**" comportamento carcerário.

Assim, os requisitos legais estão devidamente preenchidos e nos termos do artigo 112 da Lei da Execução Penal, **DEFIRO** o pedido do sentenciado [REDACTED], R.G. [REDACTED] promovendo-o ao regime aberto e em seguida **CONCEDO** a Prisão Albergue Domiciliar, mediante a observância às condições do artigo 115 da Lei das Execuções Penais.

Outrossim, uma vez que o sentenciado deseja permanecer neste país, não havendo domicílio comprovado ou a presença de vínculos familiares no país, o sentenciado permanecerá em Albergue providenciado pela SAP pelo prazo máximo de 90 dias. Dentro deste período, o mesmo deverá comprovar junto ao Juízo das Execuções competente, a fixação de residência e obtenção de trabalho, **sob pena de revogação do benefício**. Do mesmo modo, deverá obedecer as regras de convivência do albergue.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/ SP
Seção de Execuções Criminais

Em caso de inexistência de vaga no albergue disponibilizado pela SAP, o sentenciado poderá permanecer em outro estabelecimento similar ou residência de familiares ou amigos, devendo de igual forma comprovar o endereço junto a este Juízo das Execuções Criminais, sob pena de revogação de benefício.

Fica ciente o sentenciado de que em caso de ser decretada sua expulsão do país, deverá deixar o território nacional para o cumprimento da expulsão, independente do fim da pena, salvo se houver obtenção de asilo político concedido pelo Poder Executivo Federal.

Fica também ciente que o sentenciado deverá providenciar a regularização de situação migratória no país, caso deseje aqui permanecer após o fim da pena, junto às autoridades competentes.

Determino que se oficie à Polícia Federal para determinar a expedição de RNE para o sentenciado, o qual poderá obter o documento com cópia do ofício e da sentença. Com o documento, o sentenciado poderá se dirigir à Receita Federal para obtenção de CPF para estrangeiro e ao Ministério do Trabalho para obtenção de carteira de trabalho. No caso de negativa destes órgãos na expedição dos documentos, necessários ao cumprimento do restante da pena em meio aberto no Brasil, o sentenciado poderá requerer junto ao Juízo das Execuções competente a determinação de expedição destes documentos.

Oficie-se o Ministério da Justiça com cópia da sentença, para fins de cumprimento da Resolução Normativa nº 110/2014 do Conselho Nacional de Imigração.

Caberá à Unidade Prisional identificar o sentenciado das condições do benefício.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL

VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Seção de Execuções Criminais

Comunique-se à missão diplomática do Estado de origem do sentenciado acerca da decisão proferida por este Juízo, nos termos da resolução nº 162 de 13/11/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

O sentenciado deverá comparecer junto ao Juízo de sua residência, munido de cópia desta sentença, onde será fornecida a carteirinha de liberado.

Expeça-se o necessário.

Avaré/Sp, 04 de Outubro de 2016.

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca de Avaré
Fórum de Avaré
SEÇÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE AVARÉ

Página 1/1

TERMO DE ADVERTÊNCIA DE PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR

Exec. nº [REDACTED] Ref. ao(s) Processo(s): [REDACTED]

Ao(s) 04 de Outubro de 2016, na sala de audiências da Vara de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de AVARÉ/SP, onde presente se achavam o(a) Dr(a). ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, comigo escrevente, abaixo assinado, compareceu o(a) sentenciado(a) [REDACTED], R.G. [REDACTED] C.P.F. nº NÃO INFORMADO, matrícula nº [REDACTED] filho(a) de [REDACTED] e de [REDACTED], a quem foi concedido a PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR, mediante as seguintes condições:

- 1-) Tomar ocupação lícita no prazo de trinta dias, comprovando-a em Juízo, bem como apresentar no mesmo prazo, comprovante de residência;
- 2-) Não mudar do território da Comarca do Juízo da Execução sem autorização deste;
- 3-) Sair para o trabalho às 6h00 da manhã, devendo recolher-se na habitação até as 22h00, salvo autorização expressa deste Juízo da Execução;
- 4-) Comparecimento Trimestral em Juízo para efetiva demonstração de ocupação lícita e vista na carteira de liberado;
- 5-) Não frequentar bares, boates, casas de jogos, parques de diversão e locais de reputação duvidosa;
- 6-) Não portar armas de qualquer espécie ou qualquer objeto capaz de ofender a integridade física humana;

O(A) sentenciado(a) recebeu uma cópia do termo, declarando estar ciente das condições, prometendo cumpri-las, sabendo das consequências caso haja transgressão de qualquer delas ou de outras que porventura venham a ser impostas pelo Juízo da Execução. NADA MAIS para constar, lavrei este termo, o qual vai devidamente assinado.

Eu, MICHELLE FURLAN, LEITE TEODORO, Escrevente, digital [REDACTED]

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito Titular

Certifico e dou fé ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA, MM(A) Juíza de Direito Titular da Comarca de AVARÉ/SP, 04 de Outubro de 2016.
CLÁUDIO ROBERTO MAMURA
COORDENADOR

Sentenciado: [REDACTED]

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL
VARA CRIMINAL DA COMARCA DE AVARÉ/SP
Corregedoria dos Presídios e Policial Judiciária

Execução Criminal nº [REDACTED]

Avaré-SP, 04 de Outubro de 2.016.

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, em atendimento ao expedido na execução criminal nº [REDACTED], de [REDACTED], matrícula [REDACTED], R.G. [REDACTED], atualmente recolhido na Penitenciária "Cabo Pm Marcelo Pires da Silva", de Itai/Sp, remeto cópia da sentença que concedeu liberdade ao sentenciado, **devendo ser expedido RNE** em seu favor para as providências cabíveis.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
Juíza de Direito

Ao Ilustríssimo Senhor
Delegado de Polícia Federal responsável
Núcleo de Registro de Estrangeiros
Polícia Federal em São Paulo
São Paulo – S.P.

ANEXO VI – MODELO DECISÃO JUDICIAL – TRANSFERÊNCIA**CONCLUSÃO**

Aos 07 de outubro de 2016, faço conclusos estes autos à MMa. Juíza de Direito Dra. Roberta de Oliveira Ferreira Lima.

ORIOVALDO A. G. FILHO
Chefe de Seção Judiciária

Execução Criminal nº [REDACTED]

Vistos.

Trata-se de solicitação feita pelo Ministério da Justiça, acerca da liberação deste Juízo em autorizar que o sentenciado [REDACTED], que encontra-se recolhido nas dependências da Penitenciária de Itai, possa ser transferido para o Suriname.

Ante as informações contidas nos autos, libero o sentenciado para ser transferido à luz do tratado de presos celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e a República do Suriname, podendo ser retirado imediatamente, independente do fim da pena.

Comunique-se à unidade prisional, à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, acerca desta decisão.

Avaré-sn., 07 de outubro de 2016.

ROBERTA DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA
JUIZA DE DIREITO